



**Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2012**

Fundação do Desporto

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2012
(Montantes expressos em Euros)

Fundação do Desporto**BALANÇO**

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31-12-2012	31-12-2011
ATIVO:			
Ativo não corrente:			
Fundadores/Doadores/Patrocinadores	7.2	3.261.222,78	3.150.674,26
		<u>3.261.222,78</u>	<u>3.150.674,26</u>
Ativo corrente:			
Caixa e depósitos bancários	4	46.843,78	73.189,43
		<u>46.843,78</u>	<u>73.189,43</u>
Total do Ativo		<u>3.308.066,56</u>	<u>3.223.863,69</u>
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO:			
FUNDOS PATRIMONIAIS:			
Fundos	7.4	3.872.189,42	3.872.189,42
Resultados transitados	7.4	(2.626.312,60)	(2.578.090,03)
Resultado líquido do período		(47.367,02)	(48.222,57)
Total do Fundo de Capital		<u>1.198.509,80</u>	<u>1.245.876,82</u>
PASSIVO:			
Passivo não corrente:			
Provisões	8	1.870.484,06	1.737.414,24
		<u>1.870.484,06</u>	<u>1.737.414,24</u>
Passivo corrente:			
Estado e outros entes públicos	7.1	870,90	1.058,82
Outras contas a pagar	7.3	5.471,80	6.783,81
Outros passivos financeiros	7.2	232.730,00	232.730,00
		<u>239.072,70</u>	<u>240.572,63</u>
Total do Passivo		<u>2.109.556,76</u>	<u>1.977.986,87</u>
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		<u>3.308.066,56</u>	<u>3.223.863,69</u>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

103603913

27831



ÓRGÃO DE GESTÃO



Fundação do Desporto

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2012
(Montantes expressos em Euros)

Fundação do Desporto

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31-12-2012	31-12-2011
Subsídios à exploração	9	135.350,00	75.000,00
Fornecimentos e serviços externos	10	(97.615,18)	(8.903,60)
Gastos com o pessoal	11	(43.080,73)	(42.591,50)
Outros rendimentos e ganhos	12	1.228,70	5.674,27
Outros gastos e perdas	13	(43.249,81)	(75.500,00)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		(47.367,02)	(46.320,83)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	13	-	(1.807,29)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		(47.367,02)	(48.128,12)
Juros e gastos similares suportados	14	-	(94,45)
Resultado antes de impostos (EBT)		(47.367,02)	(48.222,57)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(47.367,02)	(48.222,57)

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

103603913

27831



ÓRGÃO DE GESTÃO



Fundação do Desporto

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2012
(Montantes expressos em Euros)

Fundação do Desporto

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DE FUNDOS PATRIMONIAIS DE 2011

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Posição em 01-01-2011	1	3.872.189,42		(2.527.684,22)	(50.405,81)	1.294.099,39
Alterações no período						
	2	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período	3				(48.222,57)	(48.222,57)
Resultado extensivo	4=2+3				(48.222,57)	(48.222,57)
Operações com detentores de capital no período						
Outras operações		-	-	(50.405,81)	50.405,81	-
	5	-	-	(50.405,81)	50.405,81	-
Posição em 31-12-2011	6=1+2+3+5	3.872.189,42	-	(2.578.090,03)	(48.222,57)	1.245.876,82

Fundação do Desporto

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DE FUNDOS PATRIMONIAIS DE 2012

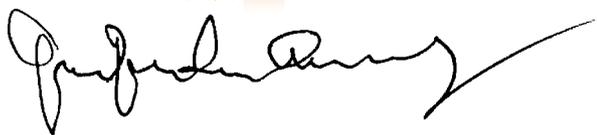
(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Posição em 01-01-2012	6	3.872.189,42	-	(2.578.090,03)	(48.222,57)	1.245.876,82
Alterações no período						
	7	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período	8				(47.367,02)	(47.367,02)
Resultado extensivo	9=7+8				(47.367,02)	-
Operações com detentores de capital no período						
Outras operações		-	-	(48.222,57)	48.222,57	-
	10	-	-	(48.222,57)	48.222,57	-
Posição em 31-12-2012	11=6+7+8+10	3.872.189,42	-	(2.626.312,60)	(47.367,02)	1.198.509,80

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

103603913

27831



ÓRGÃO DE GESTÃO



Fundação do DesportoDemonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2012
(Montantes expressos em Euros)**Fundação do Desporto**
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

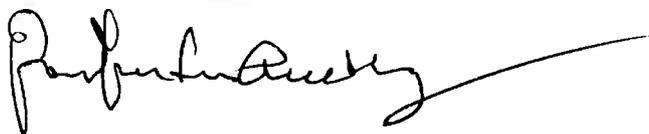
(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31-12-2012	31-12-2011
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Fundadores/Donativos		135.350,00	75.000,00
Pagamento de Apoios		(20.000,00)	(75.000,00)
Pagamentos a fornecedores		(97.615,18)	(8.175,15)
Pagamentos ao pessoal		(42.600,81)	(42.014,57)
Caixa gerada pelas operações		(24.865,99)	(50.189,72)
Outros recebimentos/pagamentos		(2.699,75)	(594,45)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(27.565,74)	(50.784,17)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		1.220,09	2.163,95
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		1.220,09	2.163,95
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(26.345,65)	(48.620,22)
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	73.189,43	121.809,65
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	46.843,78	73.189,43

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

103603913

27831

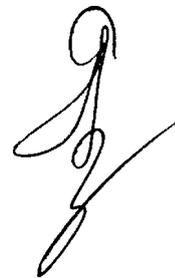


ORGÃO DE GESTÃO



Fundação do Desporto

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2012
(Montantes expressos em Euros)



Anexo

Fundação do Desporto

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2012
(Montantes expressos em Euros)



NOTA INTRODUTÓRIA

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Fundação do Desporto é uma instituição de direito privado e utilidade pública, conforme despacho número 15859/2011 publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 236, de 5 de Setembro de 2011, com sede na Rua Braamcamp, n.º 12 R/C Dtº e tem como objeto social apoiar o fomento e o desenvolvimento do desporto, particularmente no domínio da alta competição.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações de acordo com o regime da Normalização Contabilística para as ESNL – Entidades do Setor Não Lucrativo

2.2. O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior, exceto no que respeita aos fundos que, no exercício anterior, foram relevados com inclusão dos “subscritos e não realizados” no montante de 1.290.738,72, que estavam relevados no Ativo, na rubrica “Fundadores/Associados”.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1. PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.



3.1.2. PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3. CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro.

3.1.4. MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração das alterações no capital próprio e na demonstração dos fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5. COMPENSAÇÃO

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.



3.1.6. INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação é comparável com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que uma NCRF o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação entre períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2. POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.



O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.2.2. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo ou ao justo valor.

- a. O justo valor: estão os ativos e passivos financeiros não incluídos nas categorias do custo, sendo que as variações no respetivo justo valor são registadas em resultados como perdas por reduções de justo valor e ganhos por aumentos de justo valor.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Participações financeiras em entidades que não sejam subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas (exceto quando se tratam de empresas cujas ações não estão cotadas na bolsa, neste caso, não se podendo determinar com fiabilidade o justo valor, as mesmas são mensuradas ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade);
- Ativos e passivos financeiros detidos para negociação (são adquiridos ou incorridos essencialmente com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou pertençam a uma carteira de instrumentos financeiros e apresentem evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais. Incluem-se por definição nesta rubrica os instrumentos financeiros derivados);
- Outros ativos ou passivos financeiros que por definição sejam considerados nesta rubrica.

Os ativos financeiros incluídos nas categorias do custo são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo



permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.3. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

São reconhecidas provisões apenas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões, existindo um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tenha associados custos que não sejam possíveis de evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

As provisões que resultem de matérias ambientais são reconhecidas e mensuradas como provisão de acordo com a obrigação relacionada.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados apenas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.2.4. RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.



Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário recorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

3.2.5. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.2.6. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos emprego classificam-se em: i) benefícios de curto prazo; ii) benefícios de médio e longo prazo; iii) outros benefícios pós-emprego; e iv) benefícios de cessação.

a) Benefícios de curto-prazo

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações é relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/construtiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade).

b) Benefícios de médio/longo prazo

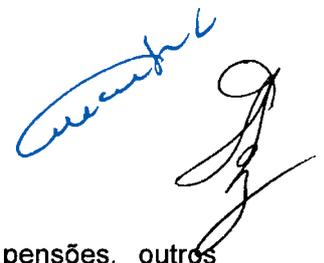
Incluem-se nesta rubrica os benefícios relacionados com licença de longo serviço, jubileu ou outros benefícios de longo serviço, benefícios de invalidez de longo prazo, e se não foram liquidáveis dentro de 12 meses, a participação nos lucros, gratificações e remunerações diferidas.

A Entidade reconhece o gasto ou o passivo relativo ao benefício à medida que os trabalhadores vão adquirindo o direito ao mesmo, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente.

c) Outros benefícios

Fundação do Desporto

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2012
(Montantes expressos em Euros)



São ainda considerados benefícios pós-emprego as seguintes rubricas: pensões, outros benefícios de reforma, seguros de vida pós-emprego e cuidados médicos pós-emprego.

d) Benefícios de cessação

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

e) Benefícios de remuneração em capital próprio

Resulta do direito a receber por parte do empregado instrumentos de capital próprio emitidos pela Entidade, ou do facto do valor da obrigação a pagar aos empregados depender do preço futuro de instrumentos financeiros de capital próprio emitidos pela mesma.

3.3. JUÍZOS DE VALOR

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.4. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES E PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente relevantes.

3.5. PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.



4. FLUXOS DE CAIXA

4.1. COMENTÁRIO DO ÓRGÃO DE GESTÃO SOBRE A QUANTIA DOS SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES QUE NÃO ESTÃO DISPONÍVEIS PARA USO

Não existem saldos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso.

4.2. DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes inclui numerário, e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses), líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. A caixa e seus equivalentes em 31/12/2012 e em 31/12/2011 detalha-se da seguinte forma:

	2012	2011
Caixa	235,43	127,86
Depósitos à ordem	46.608,35	73.061,57
	46.843,78	73.189,43

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

5.1. APLICAÇÃO INICIAL DA DISPOSIÇÃO DE UMA NCRF COM EFEITOS NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR, OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes da adoção inicial das NCRF.

5.2. ALTERAÇÃO VOLUNTÁRIA EM POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITOS NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR (SENDO IMPRATICÁVEL DETERMINAR A QUANTIA DE AJUSTAMENTO), OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS

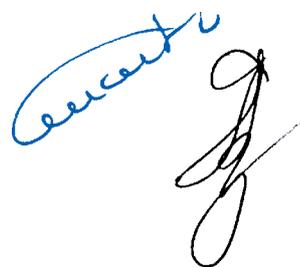
Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5.3. ALTERAÇÕES EM ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU QUE SE ESPERA QUE TENHAM EFEITO EM FUTUROS PERÍODOS

Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas.

Fundação do Desporto

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2012
(Montantes expressos em Euros)



5.4. ERROS MATERIAIS DE PERÍODOS ANTERIORES

Não se verificaram erros materiais em períodos anteriores.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2012 e em 31/12/2011, os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

	Ativo bruto								
	Saldo em 01-01-2011	Aumentos e revalorizações	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2011	Aumentos e revalorizações	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2012
Equipamento administrativo	30.595,44	-	-	-	30.595,44	-	-	-	30.595,44
Outros ativos fixos tangíveis	674,64	-	-	-	674,64	-	-	-	674,64
	31.270,08	-	-	-	31.270,08	-	-	-	31.270,08

	Depreciações acumuladas								
	Saldo em 01-01-2011	Aumentos	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2011	Aumentos	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2012
Equipamento administrativo	30.595,44	-	-	-	30.595,44	-	-	-	30.595,44
Outros ativos fixos tangíveis	674,64	-	-	-	674,64	-	-	-	674,64
	31.270,08	-	-	-	31.270,08	-	-	-	31.270,08

	Ativos fixos tangíveis				Saldo em 31-12-2011	Ativos fixos tangíveis				Saldo em 31-12-2012
	Saldo em 01-01-2011	Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Imparidades		Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Imparidades		
Equipamento administrativo	-	30.595,44	(30.595,44)	-	-	30.595,44	(30.595,44)	-	-	
Outros ativos fixos tangíveis	-	674,64	(674,64)	-	-	674,64	(674,64)	-	-	
	-	31.270,08	(31.270,08)	-	-	31.270,08	(31.270,08)	-	-	

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Entidade desenvolve uma variedade de instrumentos financeiros, no âmbito da sua política de gestão, nomeadamente:

7.1. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Apresentamos de seguida a decomposição da rubrica Estado e outros entes públicos em 31/12/2012 e 31/12/2011:

Fundação do Desporto

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2012
(Montantes expressos em Euros)



	2012	2011
Autoridade tributária	37,61	(296,43)
Segurança social	(908,51)	(762,39)
	(870,90)	(1.058,82)
Saldos credores		
IRS - Retenção imposto s/ rend.	(37,61)	296,43
Contribuição p/ Seg. Social	908,51	762,39
	870,90	1.058,82

7.2. FUNDADORES

Apresentamos de seguida a decomposição da rubrica Fundadores em 31/12/2012:

	Quantia nominal	Imparidade	Valor líquido	Corrente	Não corrente
ATIVO					
Entidades Públicas					
IPDJ (Estado)	850.374,33		850.374,33	850.374,33	
Câmara Municipal da Maia	99.759,58		99.759,58	99.759,58	
Entidades Privadas					
Confederação Desporto Portugal	124.699,47		124.699,47	124.699,47	
Modelo Continente Hiper., S.A.	49.879,79		49.879,79	49.879,79	
Black & Decker	49.879,79		49.879,79	49.879,79	
Fima/Vg. Dist. Prod. Alim.	49.879,79		49.879,79	49.879,79	
Galp Energia SGPS S.A.	49.879,79		49.879,79	49.879,79	
Portugal Telecom SGPS S.A.	116.386,18		116.386,18	116.386,18	
IDP - Subs. Anual	1.870.484,06		1.870.484,06	1.870.484,06	
Total do ativo	3.261.222,78		3.261.222,78	3.261.222,78	-
PASSIVO					
Outros					
RPT Protocolo	(232.730,00)		(232.730,00)	(232.730,00)	
Total do passivo	(232.730,00)	-	(232.730,00)	(232.730,00)	-

Fundação do Desporto

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2012
(Montantes expressos em Euros)



Apresentamos de seguida a decomposição da rubrica Fundadores em 31/12/2011:

	<u>Quantia nominal</u>	<u>Imparidade</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>
ATIVO					
Entidades Públicas					
IPDJ (Estado)	872.895,63		872.895,63	872.895,63	
Câmara Municipal da Maia	99.759,58		99.759,58	99.759,58	
Entidades Privadas					
Confederação Desporto Portugal	124.699,47		124.699,47	124.699,47	
Modelo Continente Hiper., S.A.	49.879,79		49.879,79	49.879,79	
Black & Decker	49.879,79		49.879,79	49.879,79	
Fima/Vg. Dist. Prod. Alim.	49.879,79		49.879,79	49.879,79	
Galp Energia SGPS S.A.	49.879,79		49.879,79	49.879,79	
Portugal Telecom SGPS S.A.	116.386,18		116.386,18	116.386,18	
Outros					
IPDJ (Estado) Subs. Anual	1.737.414,24		1.737.414,24	1.737.414,24	
Total do ativo	3.150.674,26		3.150.674,26	3.150.674,26	-
PASSIVO					
Outros					
RPT Protocolo	(232.730,00)		(232.730,00)	(232.730,00)	
Total do passivo	(232.730,00)	-	(232.730,00)	(232.730,00)	-

7.3. OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR

Apresentamos de seguida a decomposição das outras contas a pagar em 31/12/2012 e 31/12/2011:

	2012			2011		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Credores por acréscimos de gastos						
Remunerações a pagar ao pessoal	5.471,80	-	5.471,80	5.366,60	-	5.366,60
Honorários a pagar	-	-	-	1.417,21	-	1.417,21
	5.471,80	-	5.471,80	6.783,81	-	6.783,81

7.4. FUNDOS PATRIMONIAIS

Apresentamos de seguida a decomposição dos Fundos Patrimoniais em 31/12/2012 e 31/12/2011:

	2012	2011
Fundos	3.872.189,42	3.872.189,42
Resultados transitados	(2.626.312,60)	(2.578.090,03)
Subtotal	1.245.876,82	1.294.099,39
Resultado líquido do período	(47.367,02)	(48.222,57)
Total	1.198.509,80	1.245.876,82

Fundação do Desporto

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2012
(Montantes expressos em Euros)



A rubrica de Fundos é composta pelas seguintes entidades:

Fundador	Saldo em 31-12-2011	Aumentos	Reduções	Saldo em 01-01-2012	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-12-2012
IPD	1.496.393,00			1.496.393,00			1.496.393,00
Comité Olímpico Portugal	149.639,37			149.639,37			149.639,37
Confederação Desp. Portugal	149.639,37			149.639,37			149.639,37
Radiotelevisão Portuguesa	149.639,37			149.639,37			149.639,37
Montepio	149.639,37			149.639,37			149.639,37
EDP - Energias de Portugal, S.A	149.639,37			149.639,37			149.639,37
Mc. Can. Erickson Port. Pub	131.205,87			131.205,87			131.205,87
Lactogal	149.639,37			149.639,37			149.639,37
Câmara Municipal da Maia	149.639,37			149.639,37			149.639,37
Páginas Amarelas, S.A	149.639,37			149.639,37			149.639,37
Central de Cervejas, S.A	149.639,37			149.639,37			149.639,37
Optimus Telecomunicações	149.639,37			149.639,37			149.639,37
Black & Decker	149.639,37			149.639,37			149.639,37
Mod. Continente Hipermercados	149.639,37			149.639,37			149.639,37
Fima/ Vg. Dist. Prod. Alim.	149.639,37			149.639,37			149.639,37
Galp Energia SGPS, S.A	149.639,37			149.639,37			149.639,37
PT Comunicações, S.A	149.639,37			149.639,37			149.639,37
	3.872.189,42	-	-	3.872.189,42	-	-	3.872.189,42

A variação na rubrica de Resultados Transitados respeita à aplicação do resultado líquido de 2011, conforme deliberação da Assembleia Geral.

8. PROVISÕES

A evolução das provisões nos períodos findos em 31/12/2012 e em 31/12/2011 é detalhada conforme se segue:

	Saldo em 01-01-2011	Constituições e reforços	Reduções e utilizações	Saldo em 31-12-2011	Constituições e reforços	Reduções e utilizações	Saldo em 31-12-2012
Subsídio IDP	1.612.714,76	124.699,48	-	1.737.414,24	133.069,82	-	1.870.484,06
	1.612.714,76	124.699,48	-	1.737.414,24	133.069,82	-	1.870.484,06
Valor líquido do período			124.699,48			133.069,82	

A rubrica de "Provisões" serve de contrapartida ao registo, na conta de "Devedores e Credores", da obrigação de contribuição do Estado, que consistia em atribuir um subsídio anual de 124.699 euros para apoio à estrutura e funcionamento da Fundação.

Fundação do Desporto

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2012
(Montantes expressos em Euros)

9. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Entidade em 31/12/2012 e em 31/12/2011 é detalhado conforme se segue:

	2012		2011	
	Valor nominal	Valor reconhecido	Valor nominal	Valor reconhecido
Subsídios	135.350,00	135.350,00	75.000,00	75.000,00
	135.350,00	135.350,00	75.000,00	75.000,00

10. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os registos em fornecimentos e serviços externos ocorreram conforme segue:

	2012	2011
Trabalhos especializados	310,00	265,92
Honorários	4.665,72	3.876,19
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	-	30,00
Material de escritório	674,15	489,68
Livros de documentação técnica	74,28	24,00
Deslocações e estadas	697,20	160,35
Transporte de pessoal	175,05	632,35
Comunicação	2.978,80	2.879,18
Seguros	62,26	73,25
Outros serviços	87.977,72	472,68
	97.615,18	8.903,60

11. GASTOS COM O PESSOAL E BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa em 31/12/2012 foi de 2 pessoas.

	2012	2011
Remunerações do pessoal	35.461,76	35.461,34
Encargos sobre remunerações	7.056,33	6.567,52
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	562,64	562,64
	43.080,73	42.591,50

Fundação do Desporto

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2012
(Montantes expressos em Euros)



12. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Os registos em outros rendimentos e ganhos ocorreram conforme segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Outros rendimentos e ganhos	-	3.510,32
Juros de depósitos	1.228,70	2.163,95
	<u>1.228,70</u>	<u>5.674,27</u>

13. OUTROS GASTOS E PERDAS

Os registos em outros gastos e perdas ocorreram conforme segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Outros Juros	228,51	
Apoios a Eventos	42.521,30	75.000,00
Outros gastos e perdas		
Quotizações	500,00	500,00
Correcções exercícios anteriores		1.807,29
	<u>43.249,81</u>	<u>77.307,29</u>

Os valores registados em Apoios a Eventos foram entregues às seguintes entidades:

	<u>Valor do Apoio</u>
Protocolos	
Federação Portuguesa de Surf	20.000,00
IPDJ - Patrocínios (CPLP)	22.521,30
	<u>42.521,30</u>

14. RENDIMENTOS E GASTOS DE FINANCIAMENTO

Os registos gastos de financiamento ocorreram conforme segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Juros e gastos similares suportados		
Juros de financiamento	-	(94,45)
	<u>-</u>	<u>(94,45)</u>
	<u>-</u>	<u>(94,45)</u>

Fundação do Desporto

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2012
(Montantes expressos em Euros)

15. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não ocorreram acontecimentos após a data do balanço com impacto nas demonstrações financeiras da Fundação.

16. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Fundação do desporto não apresenta dívidas ao Estado e Segurança social em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro, e Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

103603913

27831

